

## SINISTRO 3160619991 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO** MARCOS AURELIO VIDAL CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME

**BENEFICIÁRIO** INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA

**CPF/CNPJ:** 11322236445

**Posição em 04-04-2017 11:49:39**

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
22/11/2016	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 675,00





## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Eu, **INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA**, brasileira, solteira, estudante, portadora do CPF nº: 113.222.364-45 e RG nº 4.071.549-SSP-PB, residente e domiciliada na Rua Bazilio Vale, s/nº, Bairro Francisco Lins, Município de Nazarezinho-PB, declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho como arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família.

Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

Sousa-PB, 22 de novembro de 2016.

*Inacélia Thaynar Rodrigues de Sousa do Silva*  
**INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA**



da Segurança e da Defesa Social  
Delegacia Geral de Polícia  
3ª Delegacia Regional de Polícia Civil  
20ª Delegacia Seccional de Polícia  
2ª DELEGACIA DISTRITAL DE CAJAZEIRAS  
DPVAT



GOVERNO  
DA PARAÍBA



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 712 /2016



Natureza da ocorrência: SINISTRO DE TRANSITO  
Data do fato: 28/05/2016 - horário: 12:hs, APROXIMADAMENTE

Notificante: INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA, RG 4071349-SSP-PB e CPF- 113.222.364-45, brasileiro(a), natural de Sousa-PB, solteiro(A), ESTUDANTE, filho(a) de: INACIO JOSE DA SILVA E ARICELIA RODRIGUES DE SOUSA, Rua: BASILIA VALE, S/N, FRANCISCO LINS, NARAZEINHO - PB.

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: DELEGADO PLANTONISTA

Vitima: O NOTIFICANTE

#### HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que no dia e hora acima descrito a notificante afirma que estava conduzindo uma MOTO HONDA CG 150 TITAN KS, ANO/MOD. 2008, CHASSI: 9C2KC08108R318359, PLACA MOD-4634/PB, COR CINZA, LICENCIADA EM NOME DE: JOSE ANDRE EUFRASIO. Que (afirma o notificante que trafegava do sitio Poço Redondo, em sentido a Cidade de Nazarezinho, quando ao chegar nas proximidades do Cemitério, surgiu uma moto não identificada, que invadiu sua contramão, vindo a colidir lateralmente em sua moto, que devido ao forte impacto a mesma perdeu o controle, vindo a cair ao solo, (sofrendo forte trauma em PE E, alem de escoriações pelo corpo, sendo socorrida por terceiros ate o Hospital Regional da cidade de Sousa, onde recebeu os devidos cuidados medico. QUE EM VIRTUDE DESTES FATOS VEIO A ESTA DELEGACIA REGISTRAR OCORRÊNCIA E PEDIR CERTIDÃO PARA FINS ADMINISTRATIVOS JUNTO AO SEGURO DPVAT. SEGUINDO DETERMINAÇÃO DA PORTARIA DE Nº. 352/2013 DGERAL/SEDS - PB. Onde determina que os boletins de ocorrência sejam registrados em qualquer delegacia deste estado. Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal pela declaração que deu origem a este registro, ficando ciente das penas cominadas no art. Nº 299 do CPB. Nada a mais a consignar.

Cajazeiras, 23 de Agosto de 2016

Inacelia Thaynar Rodrigues de Sousa da Silva

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo

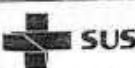
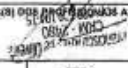
Elisângela Dantas  
Escritura de Polícia  
Mat. 155719-0

POLEGAR  
DIREITO

1



*ato declaratório*

 <b>ESTADO DA PARAIBA</b> <b>SECRETARIA DE SAÚDE</b> <b>FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL 1600043581</b>		<b>MATERIAIS - MEDICAMENTOS - OUTROS</b>  	
<b>UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS - UPS</b> NOME: HOSPITAL DISTRITAL DEPUTADO MANGEL GONÇALVES DE ABRANTES ENDEREÇO: RUA - JOSE FACUNDO DE LIRA - S/N - CEP: CNES: 35463-7 CNPJ: ESTADO: PARAIBA UF: PB		<b>CARÁTER DO ATENDIMENTO</b> <input type="checkbox"/> 01 - ELEIVO <input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS, TIPOS, DE LESÕES OU ENVOLVIMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS	
<b>DADOS DO PACIENTE</b> NOME: INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA PRONT: 60020005 SEXO: F DN: 27/02/1999 - 20 A 3 M 1 D RAÇA/COR: PARDAS MÃE: AURILEIA RODRIGUES DE SOUSA OCUPAÇÃO: NATURALIDADE: SOUSA - PB SISPRENATAL: CNES: 70348188137500 CPF: 113.222.364-45 DOCUMENTO: Identidade - 4701589 ENDEREÇO: DISTRITO - BASILIO VALE - ZONA URBANA COMPLEMENTO: CONTATO: MUNICÍPIO: NAZAREZINHO CEP: 58.817-000 ESTADO: PARAIBA CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 255890 DATA: 28/05/2016 12:35:46 REGISTRADO POR: maria.jose		<b>PROCEDIMENTO - DESCRIÇÃO</b> <i>Acidente de trânsito</i>	
<b>ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)</b> <i>Permanente vítima de acidente de trânsito no percurso.</i>		<b>DIAGNÓSTICO</b> CID - 10	
<b>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</b>		<b>ENCAMINHAMENTO</b> <input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> APPLICADA <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> OUTROS	
<b>PROCEDIMENTOS REALIZADOS: CÓDIGO - CBO</b>		<b>ASSINATURA(S) DO RESPONSÁVEL(S) ASSISTENTE(S) - CARIMBO</b> 	
<b>CNS</b>		<b>CBO</b>	
<b>CRM</b>		<b>OU PLENEIRO DIREITO</b>	
<b>ASSINATURA DO ACOMPANHANTE / PACIENTE / RESPONSÁVEL</b> <i>X Erika de Franca Pergentino</i>		<b>ASSINATURA DO REVISOR CLÍNICO - CARIMBO</b>	
<b>ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO</b>			



# DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, INACETA FAYARRE RODRIGUES DE S. DA SILVA,  
RG nº 4.071.549, data de expedição 20/07/12, Órgão SSP/MS

CPF nº 113.222.364-45, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA BAZILIO VALE</u>
Número	<u>51</u>
Apto / Complemento	<u>- A - 1 - 0</u>
Bairro	<u>FRANCISCO LINS</u>
Cidade	<u>NAZARETINHO</u>
Estado	<u>PARANÁ</u>
CEP	<u>58817-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 99180-9410</u>
E-mail	<u>- A - 1 - 0 - 0</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: JOIAS-PR 08/08/2016

Assinatura do Declarante: X. Inaceta Fayarre N. de S. da Silva



AURICELIA RODRIGUES DE SOUSA  
RUA BAZILIO VALE, S/N - FRANCISCO LINS  
NAZARETH/PA CEP 50817000 (A3-177)

Classe/Subcl. RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFASICO  
Rozero 5 - 191 - 005 - 5840  
Nº medidor 0000808178  
Referencia Mai / 2016  
Emissao 10/05/2016

EPN RIGBAPPA - DISTRIBUICAO DE ENERGIA SA  
R. 220, km 22 - Caxias Pernamb - João Pessoa/PB - CEP 58071-690  
CNPJ 00.000.000/0001-90 Insc Est 14.015.923-4

Nota Fiscal: Conto de Energia Elétrica 1000205 906  
Código para Débito Automático: 0000020828

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a

UE (Unidade Consumidora) 53862-0

Mai / 2016

Canal de contato

Apresentação

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.436, de 26 de abril de 2002

10/05/2016

Data prevista da próxima leitura

09/06/2016

CPF / CNPJ / RANI

72738219420

Insc. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ  
O DIA 05/05/2016 PAGAS.  
OBRIGADO!

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
08/04/16	11891	10/05/16	12126	32

#### Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,14451	4,33
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70	0,24794	17,35
Consumo - 101 a 220 kWh-BR	120	0,37191	44,62
Consumo acima de 220 kWh-BR	15	0,41374	6,19
Subsídio			25,77
ICMS			38,46
PIS			1,02
COFINS			4,70
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR - FIC 03/2016			-1,73
Devolução Subsídio			-25,77

#### Histórico de Consumo (kWh)

Abr/16	189
Mai/16	189
Fev/16	181
Jan/16	196
Dez/15	186
Nov/15	190
Out/15	222
Set/15	211
Ago/15	211
Jul/15	180
Jun/15	207
Mai/15	187

Média dos últimos meses  
195 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	142,44	27,00	38,46
PIS	142,44	0,7193	1,02
COFINS	142,44	3,3032	4,70

VENCIMENTO  
17/05/2016

TOTAL A PAGAR  
R\$ 114,94

f1d5.132c.9bc2.2c47.a4d6.2e18.1204.4ecc.

#### Indicadores de Qualidade 3/2016 - São Gonçalo

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	8,10	8,12	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	18,11		
DIC ANUAL	32,23		
FIC MENSAL	3,70	5,00	CONTRATADA 202
FIC TRIMESTRAL	7,35		LIMITE INFERIOR 231
FIC ANUAL	14,70		
OMC	4,48	3,57	
DICR	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	38,31	25,49
Compra de Energia	47,99	33,41
Serviço de Transmissão	2,85	2,00
Encargos Selos e Impostos	11,51	8,09
Impostos Diretos e Encargos	44,18	31,02
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	142,44	100,00

Valor do EUSD (Ref 3/2016) R\$ 23,71

#### ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Barra Renda, tendo um desconto de R\$ 25,77



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, INACELIA THAYANE R. DES. DA SILVA, portador da carteira de identidade nº 4.071.549 e inscrito no CPF/MF sob o nº 113.222.364-45, residente e domiciliado na RUA BASÍLIO VALE, 311, FAVELASSOLIMAS, Cidade PARACURINHO, Estado PARANÁ, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

X Inacelia Thayne R. Des. da Silva

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

Sousa PB 08/08/2016

Local e data



CAIXA

Transferência de transferência entre contas da CAIXA - TEV

Banking CAIXA

Nome:	EVANDRO CASSIANO FERREIRA
Conta origem:	0558 / 013 / 00032302-7
Conta destino:	0558 / 013 / 00052000-0
Nome destinatário:	INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SO
Valor:	R\$ 5,00
Data de débito:	06/09/2016
Data/hora da operação:	06/09/2016 10:34:35
Código da operação:	00196735
Chave de segurança:	QTNXTHES9AUV20J9

Quando a data de débito coincidir com dia não útil e/ou com o último dia útil do ano, a transferência será feita no primeiro dia útil subsequente.

DEBITO REALIZADO COM SUCESSO. A PREVISAO DO CREDITO NA CONTA DESTINO E DE 30 MINUTOS.

SAC CAIXA: 0800 726 0101  
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492  
Ouvidoria: 0800 725 7474  
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104







## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO \_\_\_\_\_

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

O beneficiário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, e esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

Beneficiário: Francina Perdigão Rodrigues de Sousa e Silva

SEGURADOR(A) DO RG Nº 6071 490 EXPEDIDO POR SEDPVAT EM 05/05/2017

F 010202060-45 /CNPJ 00000000-0000-00. PROFISSÃO Agricultor

RENDIA MENSAL DE R\$ 0,00 (\*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Francina Perdigão Rodrigues de Sousa e Silva, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

**IMPORTANTE:** Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO \_\_\_\_\_ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_ Nº da CONTA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 103 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0558 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 17052000

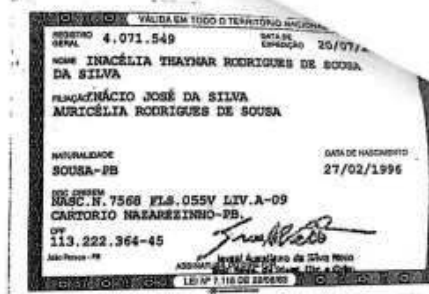
DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Francina Perdigão 06 de Setembro de 2017 Francina Perdigão R. de Sousa e Silva  
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

### ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.







**FRANÇA & MATIAS**

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA

## PROCURAÇÃO

### Outorgante:

Eu, **INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA**, brasileira, solteira, estudante, portadora do CPF nº: 113.222.364-45 e RG nº 4.071.549-SSP-PB, residente e domiciliada na Rua Bazilio Vale, s/nº, Bairro Francisco Lins, Município de Nazarezinho-PB.

### Outorgadas:

**ANA FLÁVIA ALVES MATIAS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba – OAB/PB sob o n.º 21.451, com escritório profissional na Avenida Padre Rolim, nº. 92, 1º Andar, Sala 18 Centro, Cajazeiras - PB, e-mail: advanaflavia@outlook.com

**ERIKA DE FRANÇA PERGENTINO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba – OAB/PB sob o n.º 21.670, com escritório profissional na Avenida Padre Rolim, nº. 92, 1º Andar, Sala 18 Centro, Cajazeiras - PB, e-mail: adverikafranca@gmail.com

**Poderes:** Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "ad judicium et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses da outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, reconhecer procedência de pedido, renunciar a direito no qual se funda ação agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Sousa-PB, 22 de novembro de 2016.

  
**INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA**





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

7ª Vara da Comarca de Sousa

### DESPACHO

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, cuja inicial não veio instruída com o comprovante de prévio requerimento administrativo de pagamento do seguro.

Tendo em vista a Repercussão Geral julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, adotada para o casos de DPVAT nos RE 839.314/MA e RE 839353/MA, em que se exige prévio requerimento administrativo como requisito para demonstrar o interesse de agir, **intime-se** o autor, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar e completar a petição inicial, devendo juntar cópia do comprovante de prévio requerimento administrativo do seguro DPVAT, a fim de comprovar seu interesse de agir, sob pena de indeferimento da inicial.

Demais disso, verificando que a petição inicial não preenche todos requisitos estabelecidos no art. 319 do CPC/2015, notadamente a não especificação das provas com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (protesto genérico), **determino**, no mesmo prazo, a sua emenda, sob pena de indeferimento.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

7ª Vara da Comarca de Sousa

### DESPACHO

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, cuja inicial não veio instruída com o comprovante de prévio requerimento administrativo de pagamento do seguro.

Tendo em vista a Repercussão Geral julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, adotada para o casos de DPVAT nos RE 839.314/MA e RE 839353/MA, em que se exige prévio requerimento administrativo como requisito para demonstrar o interesse de agir, **intime-se** o autor, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar e completar a petição inicial, devendo juntar cópia do comprovante de prévio requerimento administrativo do seguro DPVAT, a fim de comprovar seu interesse de agir, sob pena de indeferimento da inicial.

Demais disso, verificando que a petição inicial não preenche todos requisitos estabelecidos no art. 319 do CPC/2015, notadamente a não especificação das provas com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (protesto genérico), **determino**, no mesmo prazo, a sua emenda, sob pena de indeferimento.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.



## CÁLCULOS

SEGUEM CÁLCULOS EM ANEXO

SOUSA

3 de julho de 2017

FRANCISCO RIGELIO DE OLIVEIRA





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SOUSA  
CONTADORIA JUDICIAL**

**CERTIDÃO**

despacho neste sentido. Dou fê.

Certifico que devolvo o presente processo sem cálculos por inexistir

Sousa-PB, 03 de julho de 2017

Francisco Rigélio de Oliveira  
Técnico Judiciário



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 7ªVARA DA  
COMARCA DE SOUSA/PARAÍBA**

Autos nº 0801602-60.2017.8.15.0371

**INACÉLIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA**, já qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO** em epígrafe, que move nesse Juízo em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, por sua procuradora subscrita, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a juntada *do* **COMPROVANTE DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA e HISTÓRICO ESCOLAR** a fim de *comprovar o direito a gratuidade de todos os atos processuais*.

A Autora faz jus à concessão da gratuidade de Justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

De acordo com a dicção do artigo 4º da Lei 1.060/50, lei da assistência judiciária, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, *in verbis*:

Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.  
§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Ou seja, nos termos da lei, apresentado o pedido de gratuidade e acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que, a teor do artigo 5º do mesmo diploma analisado, o juiz deve prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 4º acima), excetuando-se o caso em que há elementos nos autos que comprovem a falta de verdade no pedido de gratuidade, caso em que o juiz deve indeferir o pedido **DESDE QUE EFETIVAMENTE COMPROVADOS POR DOCUMENTO**.

Entender de outra forma seria impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da





inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição de 1988.

Veja-se que as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira através de advogados particulares.

Ora, como já afirmado, decorre da letra expressa do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei 1.060/50, que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei. Sobre o tema, bastam os ensinamentos do Doutor Augusto Tavares Rosa Marcacini (*Assistência Jurídica, Assistência Judiciária e Justiça Gratuita*, Forense, Rio de Janeiro, 1996, p. 100):

"Nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 1.060/50, milita presunção de veracidade da declaração de pobreza em favor do requerente da gratuidade. Desta forma, o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento da condição de pobreza é do impugnante."

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ:

*"EMENTA: Assistência judiciária. Benefício postulado na inicial, que se fez acompanhar por declaração firmada pelo Autor. Inexigibilidade de outras providências. Não-revogação do art. 4º da Lei nº 1.060/50 pelo disposto no inciso LXXIV do art. 5º da constituição. Precedentes. Recurso conhecido e provido.*

*1. Em princípio, a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorário de advogado, é, na medida em que dotada de presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal." [STJ, REsp. 38.124.-0-RS. Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.]*

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO - "A assistência judiciária (Lei 1060/50, na redação da Lei 7510/86) - Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário. (art.4º. e §1º.). Compete à parte contrária a oposição à concessão." (STJ-REsp.1009/SP, Min. Nilson Naves, 3ª.T., j: 24.10.89, DJU 13.11.89, p.17026)

Além do exposto em lei, a jurisprudência dominante nos tribunais brasileiros sustenta tanto a pretensão da agravante quanto o presente agravo. Conforme segue:

53013508 - INDENIZAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PEDIDO INDEFERIDO - Tendo o autor, na petição inicial, afirmado, expressamente, que não dispõe de recursos financeiros para arcar com as despesas do processo, sem o prejuízo de próprio sustento e o de sua família, preenchendo a exigência no art. 4º, da Lei nº 1060, de 05.02.1950, injustificável o indeferimento judicial do pedido, que se respalda em dispositivos legais, como também constitucionais, como decorre dos textos do art. 5º, incisos XXXIV e



LXXIV, da CF de 1988, que garantem, em tais hipóteses, o acesso à justiça, sobretudo, porque restou documentalmente comprovada a situação de pobreza do promovente. Recurso provido. (TJPR - AI 0065746-9 - (14037) - 3ª C.Cív. - Rel. Des. Silva Wolff - DJPR 10.08.1998)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA - Ponderando as circunstâncias demonstradas nos autos - ganhos e despesas enfrentadas pelo requerente do benefício - tem-se que não existam fundadas razões para o indeferimento da gratuidade da justiça. Agravo provido. (TJRS - AGI 599286705 - 13ª C.Cív. - Rel. Des. Marco Aurélio de Oliveira Canosa )

“AGRAVO - Declaração de pobreza de funcionários públicos que litigam contra a Fazenda do Estado. Indeferimento da gratuidade de justiça determinada pelo MM - Juiz. Inadmissibilidade. É dever do Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita, princípio que não deve sofrer restrição no sentido de se exigir requerimento específico mediante prova da pobreza. Ao contrário, assim como previsto na Lei especial, basta a simples afirmação, na própria inicial ou na contestação, de que não tem condições de pagar as custas processuais e os honorários advocatícios. A pobreza, no caso, é presumida, podendo a parte contrária impugnar o pedido. Despacho reformado. Recurso provido.” (TJSP - AI 140.057-5 - São Paulo - 2ª CDPúb. - Rel. Des. Aloísio de Toledo - J. 26.10.1999 - v.u.)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DE BENEFÍCIOS DE JUSTIÇA GRATUITA - PRESUNÇÃO LEGAL DE POBREZA - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUBSTANCIAIS A DEMONSTRAR POSSUIR O BENEFICIÁRIO CONDIÇÕES DE ARCAR COM O PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS - RECURSO PROVIDO - O magistrado somente deve indeferir benefícios de Justiça Gratuita, se houver elementos substanciais demonstrado que o beneficiário possui condições de arcar com o pagamento de custas processuais, já que o art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50, se contenta com a simples presunção de pobreza. O fato de ser o agravante pequeno proprietário rural, e estar ele com sua propriedade hipotecada e sofrendo vários processos de execução, não elidem a presunção de poder ele arcar com as custas processuais.” (TJMS - AG 2001.002629-8 - 1ª T.Cív. - Rel. Des. Ildeu de Souza Campos - J. 04.10.2001)

“ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - POSSIBILIDADE DE SER PLEITEADA EM QUALQUER FASE DO PROCESSO - Justiça gratuita - Benefícios - Concessão. É facultado à parte, a qualquer tempo e grau de jurisdição, requerer os benefícios da gratuidade judicial, a partir da simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e de sua família.”(2.ª TACIVIL - AI 540.863 - 11.A Câ., Rel.Juiz Artur Marques - j. 31.08.1998; Bol.AASP 2108/6).

Ressalte-se que a autora é estudante, o que denota sua carência de recursos, pois sabe-se que tal condição não tem fins lucrativos e a mesma não recebe nenhum valor.

## PEDIDO

Portanto, requer a Autora a Vossa Excelência que lhe seja concedida a gratuidade de justiça, com amparo nos argumentos legais, de direito e jurisprudenciais colacionados.



Termos em que pede  
e espera deferimento.

Sousa/PB, 01 de agosto de 2017.

Erika de França Pergentino

OAB/PB 21.670





# CERTIFICADO

O DIRETOR ESCOLAR Marcos Roberto Lemos  
CONFEREI Francisco Thyrton R. de Jesus Lima NATURAL DE Sua U.F. PA  
NASCIDO(A) EM 23 DE Setembro DE 1986 O PRESENTE CERTIFICADO POR HAVER SIDO APROVADO(A) NO ENSINO  
Médio (Cp) EM 30 DE Março DE 2019.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

72.92 Miles, 06.02.17

Rita de Cássia dos Anjos Souza  
Secretária  
Mat.: 182524-1

Adapted from F. L. M. et al. (1997) and (1998) and (1999)

Martín Roberto Llan  
Centro Escolar  
Módulo 1B2523-2

*Rita de Cassia dos Azevedo*

Carimã e assinatura do Diretor Escolar - Nº de Registro da Autorização



	GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA	<b>HISTÓRICO ESCOLAR</b> (EDUCAÇÃO BÁSICA) Ensino Fundamental, Médio e EJA
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	

DADOS DA UNIDADE DE ENSINO	UNIDADE DE ENSINO:	E.E.E.F.M. Francisco Augusto Campos		CRE:	10=
	DECRETO DE CRIAÇÃO:	ATO QUE AUTORIZOU O FUNCIONAMENTO:	ATO QUE RECONHECEU O FUNCIONAMENTO:		
	Dec. 11.178	Res. 275/82			
	ENDEREÇO (AV/RUA, Nº, BAIRRO):	Rua Hercúloano Vieira S/N		CEP:	58817000
	MUNICÍPIO:	U.F.	TELEFONE:		
	Nazarezinho	PB			

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE	NOME DO ESTUDANTE:	SEXO:	ETNIA:	DATA DE NASCIMENTO:
	Marcelia Thaymar R de Souza Silva	Fem		27/02/96
	NATURAL DE:	MODALIDADE:	RG:	
	Souza - PB	Paralela		
	NOME DO PAI:	Inácio José da Silva		
	NOME DA MÃE:	Carmelita Rodrigues de Souza		
	ENDEREÇO (AV/RUA, Nº, BAIRRO):	CEP:	TELEFONE:	
	Bairro Francisco Lima	58817000		
	MUNICÍPIO:	U.F.		
	Nazarezinho	PB		

PERÍODO	ANO CURSADO	MODALIDADE	UNIDADE DE ENSINO FREQUENTADA PELO ESTUDANTE	MUNICÍPIO	U.F.
2003	1ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2004	2ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2005	3ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2006	4ª	Regular	E.E.E.F.M. Manoel Mendes	Nazarezinho	PB
2007	6ª	Regular	E.E.E.F.M. J.º Augusto Campos	Nazarezinho	PB
2008	7ª	Regular	E.E.E.F.M. J.º Augusto Campos	Nazarezinho	PB
2010	8ª	Regular	E.M.E.F.M. de Carmo J. Mendes	Nazarezinho	PB
2011	9ª	Regular	E.M.E.F.M. de Carmo J. Mendes	Nazarezinho	PB
2015	1ª	EJA	E.E.E.F.M. J.º Augusto Campos	Nazarezinho	PB
2016	CICLO II	EJA	E.E.E.F.M. J.º Augusto Campos	Nazarezinho	PB

ASSINATURAS	E.E.E.F.M. Francisco Augusto Campos	
	CNPJ 01.598.492/0001-32	
	Decreto nº 11.178 de 27/12/81 - Res. 275/82	
	Rua Hercúloano Vieira, s/n	
	Nazarezinho/PB	



		RENDIMENTO ESCOLAR																				
		EDUCAÇÃO GERAL																				
NÍVEL DE ENSINO, MÉDIA FINAL E ANO: FAVRE E SÉRIE	ÁREAS DE CONHECIMENTO COMPONENTES CURRICULARES	BASE NACIONAL COMUM																		FAVRE DIVERSIFICADA		
		LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS					CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS					CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS					CARGA HORÁRIA ANUAL	% FREQUÊNCIA				
		LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA MATERNA	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	TECNOLOGIAS	BIOLÓGICA	FÍSICA	QUÍMICA	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	SOCIOLOGIA	FILOSOFIA	ENSINO RELIGIOSO	LÍNGUA INGLESA			LÍNGUA ESPANHOLA			
ENSINO FUNDAMENTAL	MÉDIA ANUAL	1ª	2,1	-	2,2	2,4	2,5	-	-	3,8	3,9	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP	
		2ª	2,1	-	2,2	2,4	2,5	-	-	3,8	3,9	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP	
		3ª	2,1	-	2,2	2,4	2,5	-	-	3,8	3,9	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP	
		4ª	2,1	-	2,2	2,4	2,5	-	-	3,8	3,9	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP	
		5ª	2,1	-	2,2	2,4	2,5	-	-	3,8	3,9	3,9	-	-	-	-	-	-	800	99	AP	
ENSINO MÉDIO	MÉDIA FINAL	1ª	2,2	-	2,5	2,4	2,4	-	-	3,4	3,8	3,4	-	-	3,8	3,6	-	-	1210	98	AP	
		2ª	2,2	-	2,5	2,4	2,4	-	-	3,4	3,8	3,4	-	-	3,8	3,6	-	-	1210	98	AP	
		3ª	2,2	-	2,5	2,4	2,4	-	-	3,4	3,8	3,4	-	-	3,8	3,6	-	-	1210	98	AP	
		4ª	2,2	-	2,5	2,4	2,4	-	-	3,4	3,8	3,4	-	-	3,8	3,6	-	-	1210	98	AP	
		5ª	2,2	-	2,5	2,4	2,4	-	-	3,4	3,8	3,4	-	-	3,8	3,6	-	-	1210	98	AP	
Módulo de EA	1ª Etapa	1ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
		2ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
		3ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
		4ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
		5ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
	2ª Etapa	1ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
		2ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
		3ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
		4ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
		5ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
MÉDIA		1ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
MÉDIA		2ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
MÉDIA		3ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
MÉDIA		4ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP
MÉDIA		5ª	6,9	-	7,5	-	-	6,3	6,4	6,9	7,2	6,9	6,0	6,3	-	6,0	7,8	-	-	799	85	AP

Ata de Conselho de Ensino

Secretaria

May 10 2024

Marina Roberto Lima

Assessora

Marilene 181523-2

05/05/24

05/05/24

05/05/24

05/05/24





Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **113.222.364-45**

Nome: **INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA**

Data de Nascimento: **27/02/1996**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **09/09/2011**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **14:52:10** do dia **30/07/2017** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **044A.4DC6.E99E.7077**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail [sza.7vara@tjpb.jus.br](mailto:sza.7vara@tjpb.jus.br); telefone (83)35226602

<b>PROCESSO</b>	0801602-60.2017.8.15.0371
	[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
<b>AUTOR</b>	INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA
<b>RÉU</b>	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

#### DESPACHO

**Diante da documentação apresentada, o caso é de deferimento da gratuidade.**

#### **Da necessidade de especificação da lesão:**

O seguro DPVAT é regulamentado pela Lei 6.194/1974, que, em seu artigo 3º prevê o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos casos de invalidez permanente. É comum que se questione o fracionamento do valor indenizatório com base no grau de invalidez. Não obstante, o STF considerou que “os princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso social, máxime diante dos mecanismos compensatórios encartados na ordem normativa sub judice, restam preservados na tabela legal para o cálculo da indenização do seguro DPVAT” (STF, ADI 4350, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014)<sup>1</sup>.





Por conseguinte, “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez” (Súmula 474, STJ). Para fins de quantificação, deve ser considerada a tabela anexa à lei de regência, como determinam o § 1º do artigo 3º da lei de regência<sup>2</sup>.

Conforme disposto no art. 319, III, do CPC, a inicial deve conter a exposição do fato sobre o qual se embasa o direito alegado. A causa de pedir deve ser tão clara e específica quanto o pedido, inteligência do art. 330, § 1º, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial.

Assim, é que deve o autor promover a emenda da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para esclarecer a extensão da invalidez alegada, assim entendida: 1) a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada; 2) a descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago; 3) os motivos pelos quais entende que o valor pago na seara administrativa não respeitou a segmentação prevista na tabela anexa ao regulamento.

A título de ilustração, consideremos a hipótese em que alguém sofre acidente automobilístico e, em decorrência do sinistro, sofre lesão em um dos pés. A seguradora apura, no contencioso administrativo, que a lesão foi de leve repercussão e, aplicando os redutores previstos em lei, paga a quantia de R\$ 1.687,50. A parte autora poderá questionar em juízo a apuração, sob o fundamento de que a lesão é de intensa repercussão ou que causou perda funcional completa do membro. Porém, nesses casos, **não poderá defender que tem direito à diferença necessária para alcançar o teto indenizatório, porque essa tese já foi exaustivamente rechaçada pela jurisprudência**. O pedido, se deduzido nesses termos, poderá comportar, inclusive, improcedência liminar do pedido, com fundamento no inciso I do art. 332 do CPC. A orientação firmada nos tribunais somente poderá ser relativizada se a parte demonstrar que o caso em questão não deve ser examinado à luz do entendimento pacificado pelos tribunais.

Essa medida é justificada até mesmo em razão do que a experiência vem demonstrando em ações dessa espécie, invariavelmente tramitando sob a concessão de AJG à parte autora. Na maior parte dos casos, as perícias judiciais, custeadas pelas seguradoras (que são custeadas com dinheiro do contribuinte), corroboram o que fora constatado na seara extrajudicial. **Por outro lado, com a adequação aqui exigida, que implicará redução do valor da causa, será possível aferir, com maior objetividade, a alegada hipossuficiência econômica**.

Por fim, cabe salientar que os arts. 926 e seguintes do CPC sedimentaram o caminho pelo respeito à segurança jurídica. Tanto os tribunais quanto os juízos de primeiro grau devem prezar pela uniformização da jurisprudência. Ocorre que esse dever deve partir, também, do jurisdicionado. No caso das ações do seguro DPVAT, não há sentido algum em insistir, sem fundamento, na pretensão ao teto indenizatório, tese já rechaçada pelos tribunais superiores.

#### ANTE O EXPOSTO:

Defiro a gratuidade.

Intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, esclarecer a extensão da invalidez alegada, assim entendida: 1) a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada; 2) a descrição da invalidez que



foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago; 3) os motivos pelos quais entende que o valor pago na seara administrativanão respeitou a segmentação prevista na tabela anexa à lei de regência; **Caso a parte tenha a pretensão à indenização por gastos médicos suplementares, deverá indicar na petição de emenda os gastos e apresentar as respectivas provas;**

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

**VINICIUS SILVA COELHO**

Juiz de Direito

1 No mesmo sentido: “Recurso extraordinário com agravo. Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT). 2. Redução dos valores de indenização do seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007. 3. Constitucionalidade da modificação empreendida pelo art. 8º da Lei 11.482/007 no art. 3º da Lei 6.194/74. 4. Medida provisória. Pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Discrecionariade. Precedentes. 5. Princípio da dignidade da pessoa humana. Ausência de violação. 6. Repercussão geral. 7. Recurso extraordinário não provido”. (STF, ARE 704520, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-236 DIVULG 01-12-2014 PUBLIC 02-12-2014)

2§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: **I**-quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e **II**-quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.



EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ª  
VARA DE SOUSA/PARAÍBA**

**Processo nº 0801602-60.2017.8.15.0371**

**INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA,**  
devidamente qualificado no processo, por sua advogada que está subscreve,  
vem, respeitosamente, perante Vossa excelência atender o respeitável despacho  
do ID nº 19067465 e complementar os fatos:

**1) A descrição minuciosa da sequela efetivamente  
experimentada:**

-Traumatismo no pé esquerdo: Traumatismo é uma definição ampla  
usada para descrever lesões causadas por uma força externa devido a acidentes  
por exemplo. Deve ser levada em consideração a perícia judicial para que o  
médico analise as consequências causadas pelo acidente de forma  
específica e individual, já que o acidente trouxe limitações na vida da autora.  
A mesma não consegue praticar mais determinadas atividades que antes  
fazia após o acidente.

**2) A descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o  
percentual que lhe foi pago:**

Com a devida especificação das lesões sofridas pela autora da demanda  
no acidente de trânsito hora tratado nota-se que a seguradora não atribuiu o valor  
adequado da indenização e sim um valor ínfimo se comparada as sequelas da  
vítima.

No momento requer que a seguradora junte ao processo o laudo pericial  
e todo o processo administrativo realizado pela mesma para que se possa afirmar  
qual foi o percentual de invalidez apurado e assim possa se comparar ao valor que  
foi pago administrativamente.

**3- Os motivos pelos quais entende que o percentual da tabela  
DPVAT que lhe foi alcançado não se amolda àquele que deveria ter sido  
considerado e que culminaria no direito à diferença ora pleiteada: As lesões**



sofridas pela autora no acidente de transito trouxeram sérios prejuízos a vida da mesma, dificultando a pratica das atividades habituais, tais como trabalho (limitando a capacidade laboral) e da vida pessoal. Por isso requer que seja considerada a perícia judicial a fim de que seja fixado um percentual de invalidez e assim chegar a um percentual justo pelos danos sofridos e que a vítima receba o valor a título de complementação do que foi pago de forma administrativa.

**-PEDIDOS:**

1- Requer que aceite a EMENDA A INICIAL a fim de complementar os fatos que faltavam;

2-Requer que a seguradora seja intimada para juntar ao processo o laudo pericial e o processo administrativo para comprovar como chegou ao grau de invalidez e consequentemente ao valor pago a título de indenização na esfera administrativa;

Nestes termos,  
pede deferimento.

Sousa/PB  
10 de fevereiro de 2019.

Erika de França Pergentino  
OAB/PB 21.670





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail [sza.7vara@tjpb.jus.br](mailto:sza.7vara@tjpb.jus.br); telefone (83)35226602

<b>PROCESSO</b>	0801602-60.2017.8.15.0371
	[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
<b>AUTOR</b>	INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA
<b>RÉU</b>	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

#### DESPACHO

1- Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do NCPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do NCPC.

2- Cite(m)-se a(s) parte(s) ré(s) para oferecer(em) contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e de presunção de veracidade das alegações de fato formuladas na petição inicial (NCPC, art. 344).

3- Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, sendo imprescindível a realização de perícia, nesse sentido, nomeio como perito do juízo o médico DIEGO DOS SANTOS SANTIAGO. Fica autorizada a intimação por meio dos canais indicados pelo perito no sítio eletrônico do TJPB ([diegosantiago\\_medicina@hotmail.com](mailto:diegosantiago_medicina@hotmail.com); 83-996814345, desde que ele acuse o recebimento. Frustrada a comunicação, notifique-se por carta com AR ( Rua José Anacleto, 271, Uiraúna-PB), **sem prejuízo de sua substituição por outro expert pela serventia**, arbitrando seus honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos



reais), em face da complexidade da prova e do local de sua realização, a serem custeados pela Seguradora Líder, nos termos do Convênio 015/2014, facultada às partes a indicação de assistente técnico. Intime-se a seguradora acionada para efetuar o depósito dos honorários em cinco dias, salvo se já efetuado o depósito.

4- Intime-se o perito da nomeação, bem como para designar dia, hora e local para realização da perícia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de forma a possibilitar a intimação das partes.

5- Intimem-se as partes para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

6- Por outro lado, formulo os seguintes quesitos a serem respondidos pelo Perito:

6.1 – O autor é portador de invalidez permanente?

6.2 – Em caso positivo, em que consiste essa invalidez?

6.3 – A invalidez permanente é total ou parcial?

6.4 – Em sendo a invalidez permanente parcial, ela é completa ou incompleta?

6.5 – Sendo a invalidez permanente parcial incompleta as sequelas são de repercussão intensa, média, leve ou residual?

6.6 – Levando-se em consideração a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, qual o grau da invalidez?

7- As perícias serão agendadas em bloco, de acordo com a disponibilidade do perito, podendo, inclusive, serem realizadas excepcionalmente aos sábados, uma vez que constituem dia útil para efeitos legais (art. 216, NCPC) e visam salvaguardar os direitos das partes interessadas (art. 279, § 1º, LOJE).

**8- Cumpridas as determinações acima, aguarde-se o agendamento da data para a realização da perícia.**

9- Com o agendamento da perícia, intimem-se as partes, informando data, hora e local da produção da referida prova (art. 474, NCPC), devendo ser encaminhados os quesitos das partes e os quesitos usuais do Juízo. **O autor, que deverá ser intimado pessoalmente da data designada,** deverá apresentar documento de identificação oficial com foto e todos os exames de que dispõe acerca da enfermidade alegada.

10 – Juntado aos autos o laudo pericial, expeça-se alvará em favor do perito e intimem-se as partes para, no prazo comum de 05 (cinco) dias, se manifestarem e requererem o que entenderem de direito.

Cumpra-se. Intimações necessárias.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

**VINICIUS SILVA COELHO**

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SOUSA  
7ª VARA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0801602-60.2017.8.15.0371

AUTOR: INACELIA THAYNAR RODRIGUES DE SOUSA DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: ERIKA DE FRANCA PERGENTINO - PB21670

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) de todo o teor do despacho/decisão em anexo, para os devidos fins, bem como para, querendo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias, caso já não tenham feito (art. 465, § 1º, NCPC).

Sousa(PB), 17 de junho de 2019

JOAO BATISTA ALVES DE ANDRADE

TEC. JUDICIÁRIO - mat. 4752341

Assinatura eletrônica

